

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.425469/2024-69

2. Objetivos

2.1. O presente documento tem como fundamento legal o art. 3º, XI, do Decreto n. 10.024/2019 e tem como finalidade assegurar a viabilidade técnica, bem como levantar os elementos essenciais para a elaboração do Termo de Referência, destinado à contratação dos serviços de locação de veículos, de forma contínua e por demanda, sem e com cessão de motorista devidamente habilitado, sem e com dedicação exclusiva, para transporte de passageiros e/ou materiais para atender as demandas das Gerências Executivas do INSS no estado de Santa Catarina e da sede da Superintendência Regional Sul do INSS em Florianópolis/SC.

2.2. A nova contratação tem como objetivo substituir o contrato nº 02/2023 (SEI 10473752), iniciado em 20/03/2023, firmado entre esta Autarquia e a empresa EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS MAGALA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.363.284/0001-06. Este contrato abrange serviços contínuos de locação de veículos, com e sem motorista, para atender às Gerências Executivas do INSS no estado de Santa Catarina (GEX Florianópolis, Joinville, Chapecó, Criciúma, Blumenau e a sede da SRSUL), cujo término está previsto para 20/05/2025.

2.3. Considerando que a Contratada manifestou não ter interesse na prorrogação do Contrato nº 02/2023 (SEI 10473752) para mais 12 (doze) meses, conforme informado no documento SEI 18476531, o setor demandante abriu um novo processo para a contratação dos serviços e elaborou o Documento de Formalização da Demanda - DFD SEI 18517960. Essa medida visa assegurar a substituição do contrato vigente, assegurando que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.

3. Descrição da necessidade

3.1. A necessidade da contratação surge em virtude da lacuna deixada pela Medida Provisória nº 1.606-20/1998, convertida na Lei nº 9.632/1998, que dispõem sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles os cargos relacionados aos serviços em questão.

3.2. Como no Plano de carreira do INSS não possui cargo que seja possível viabilizar a execução dos serviços de condução de veículos, o Instituto optou pela terceirização dos serviços haja vista que se enquadram como serviços auxiliares de acordo com o Decreto 9.507/2018.

3.3. Vale ressaltar que, atualmente, a maioria das Gerências Executivas vinculadas à SRSUL não conta com servidores ativos ocupantes do cargo de motorista em seu quadro.

3.4. Além disso, com os avanços tecnológicos observados nos últimos anos, amplamente explorados durante a pandemia entre 2019 e 2022, ocorreram mudanças significativas no funcionamento do INSS, o que impactou diretamente as demandas de transporte. Entre essas mudanças, destacam-se a implantação do processo eletrônico, o uso de salas de reuniões virtuais e a realização de eventos em ambientes online.

3.5. Em razão dessas mudanças, a manutenção de uma frota própria deixou de ser vantajosa, considerando a necessidade de formalizar diversos contratos, como os de mão de obra para a condução da frota, seguro veicular, gerenciamento de combustível, serviços de manutenção veicular e os custos relacionados ao desgaste dos veículos, que geram despesas significativas.

3.6. Considerando que ainda existem demandas que necessitam ser atendidas de forma física, a solução viável proposta pela equipe de planejamento foi a contratação de serviços de locação de veículos comuns, com fornecimento de mão de obra de motorista, com o objetivo de atender às eventuais necessidades de transporte de pessoas, processos e materiais em geral. Essa medida se justifica também pela redução sistemática de servidores na categoria de 'Motorista' e pela não contratação oficial de recursos humanos para essa área específica.

3.7. Nesse sentido, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

- a) Será exercida por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva detentora de formação profissional específica (para a maioria dos itens);
- b) Atende aos requisitos de segurança estabelecidos em relação ao transporte de pessoas e materiais;
- c) Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra, que possibilitam maior eficiência;
- d) Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;
- e) A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso VI do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05 /2017;
- f) Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
- g) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para a prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
- h) O planejamento da contratação será realizado seguindo as diretrizes estabelecidas no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), que foi elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em colaboração com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Isso garante que o processo de contratação esteja alinhado com as melhores práticas e normas vigentes;
- i) Os serviços a serem contratados se enquadram na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021). Também se enquadram nos pressupostos do art. 3º, § 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09 /2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;
- j) A contratação do objeto almejado será realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, em observância ao preconizado na Lei 14.133/2021 (Art 6º, Inciso XLI). Esta modalidade, por ser realizada à distância, confere ao procedimento maior transparência e impessoalidade e aumenta a possibilidade de obter menor preço;
- k) A gestão do Contrato será centralizada pela SRSUL, pois após a extinção das UASGs as Gerências Executivas não são mais unidades contratantes.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Suprimentos e Transporte - LOG-SUT SRSUL	Dilvânia Kummer

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Requisitos Legais

5.1.1. Leis Federais

- Lei nº 14.133/2021: Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, Lei autárquicas e fundacionais;
- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997: Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

5.1.2. Decretos

- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

5.1.3. Instruções Normativas

- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 3, de 15 de maio de 2008: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

5.1.4. Portaria

- Portaria DIROFL/INSS Nº 156, de 13 de novembro de 2023: Planilha de custos.

5.2. Descrição geral dos serviços

5.2.1. A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, de segunda a sexta-feira, a serem executados na região de abrangência da Superintendência Regional Sul, ou seja, no estado de Santa Catarina.

5.2.2. Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

5.2.3. O treinamento e administração de mão de obra não implicarão em custos adicionais com a contratação.

5.2.4. As funções dos empregados relacionados à prestação do serviço descrito estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO sob o número 7823 (Motoristas de veículos de pequeno e médio portes).

5.2.5. Os serviços serão executados pela contratada obedecendo ao disposto na Instrução Normativa SEGES /MP nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

5.3. Requisitos da contratada

5.3.1. Os serviços serão prestados por empresa que atenda aos seguintes requisitos:

- a) Seja devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva;
- b) Utilize rotinas e defina perfil de mão de obra, para os postos de serviço, que possibilitem maior eficiência do efetivo utilizado no desenvolvimento de ações preventivas que incluem o uso de equipamentos auxiliares à execução dos serviços;
- c) Que utilize pessoal e equipamentos adequados ao ambiente das Unidades, de forma a refletir resultados produtivos e melhoria no atendimento prestado à sociedade;
- d) Que ofereça proposta que atenda aos parâmetros definidos para o objeto da licitação e apresente preço compatível com a finalidade estabelecida;
- f) Que efetue a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais.

5.3.2. Nos termos do Art. 235-B da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943), no exercício da profissão, o motorista deve observar os seguintes deveres:

- I - estar atento às condições de segurança do veículo (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- II - conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- III - respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso controlado e registrado na forma do previsto no art. 67-E da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015);
- IV - zelar pela carga transportada e pelo veículo (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- V - colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- VI - (VETADO);

VII - submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015).

Parágrafo único. A recusa do empregado em submeter-se ao teste ou ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII será considerada infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015).

5.3.3. Dos consumíveis

5.3.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades adequadas, tais como: combustíveis, lubrificantes, pneus, uniforme completo, e demais insumos, os quais deverão ser de boa qualidade e observar as recomendações aceitas pelas boas práticas, pelas normas e pela legislação vigente.

5.3.5. O combustível será fornecido conforme a demanda decorrente dos deslocamentos demandados pelo Contratante e o disposto no Termo de Referência e Contrato.

5.3.6. A previsão de quilometragem máxima para cada veículo estará informada na Planilha Estimativa de Custos.

5.3.7. Serão considerados custos fixos do Contrato os custos fixos do Motorista e custos do veículo tais como: depreciação, licenciamento anual, seguro obrigatório, IPVA, seguro do Veículo e lavagem.

5.3.8. Serão considerados custos variáveis do contrato os custos com manutenção, revisão e pneus. Os custos variáveis serão pagos por quilômetro rodado conforme a Proposta da Licitante.

5.3.9. O custo de combustível também será pago conforme a quilometragem, pela média de preços da Agência Nacional do Petróleo, conforme regras a serem estabelecidas no Termo de Referência.

5.3.10. Custos de pernoites, alimentação e horas extras serão pagos, conforme demanda, pelos valores fixados na Proposta da contratada.

5.3.11. A troca de lubrificantes, bem como os pneus, devem ser realizadas conforme o determinado pelos fabricantes dos veículos objeto da contratação, na forma estabelecida no manual do veículo.

5.3.12. Os uniformes devem ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças de acordo com o clima da região, sem qualquer repasse de custos para o empregado.

5.3.13. Os uniformes, compostos de camisa social, calça social, sapato e crachá de identificação, serão fornecidos para todos os funcionários da empresa envolvidos no processo, com base nas especificações do termo de referência e nos quantitativos mínimos estabelecidos em CCT e na Planilha de Custos.

5.3.14. Os insumos relacionados e quantificados nos itens acima são exemplificativos para constituição da estimativa de custos e, portanto, poderá ser necessária maior quantidade, estando a empresa obrigada a suprir a falta destes, caso seja preciso.

5.3.15. Os valores dos insumos e uniformes, que constarão da planilha estimativa de custo e formação de preços, foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços realizada no mercado através de consulta a fornecedores na internet, um dos parâmetros da IN/SEGES nº 73/2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preço para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, cujos cálculos deverão obedecer as seguintes fórmulas:

a) para uniformes – somatório da multiplicação da quantidade anual e do preço, dividido por 12 (doze) meses.

5.3.16. Os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, devendo ser substituídos em até vinte e quatro horas quando danificados. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

5.3.17. A empresa deverá fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) a seus funcionários de acordo com a legislação vigente.

5.4. Veículos

5.4.1. Os veículos objeto da contratação deverão observar as especificações constantes do Termo de Referência.

5.4.2. Os custos pela disponibilização dos veículos de passeio deverão ser estimados, no que tange à depreciação, para o período de 60 (sessenta) meses (20% ao ano), conforme Anexo III da IN RFB nº 1.700 de 14 de março de 2017.

5.4.3. Os custos fixos pela disponibilização do furgão deverão ser estimados por diária (de até 24h) e contemplar os custos da disponibilização do veículo (depreciação), licenciamento anual, seguro, tributos, lucro e remuneração de motorista e ajudante (exceto os custos eventuais de horas extras e ajuda de custos em deslocamento).

5.5. Vigência da Contratação

5.5.1. O contrato terá duração inicial de 24 meses, sendo possível a prorrogação sucessiva pelo período de até 10 anos, de acordo com o Art. 107 da Lei 14.133/21.

5.5.2. A justificativa para os prazos estabelecidos deve-se pela relevância e essencialidade dos serviços de transporte que interferem diretamente no funcionamento da Autarquia. Para o prazo também foi considerado o provável investimento em veículos pelas empresas interessadas de modo que o prazo contratual seja atrativo e haja maior número de empresas participando do certame.

5.6. Aferição dos resultados

5.6.1. Considerando os instrumentos disponíveis no momento, será utilizado formulário a ser preenchido facultativamente pelo usuário do serviço após o final do deslocamento, que serão questionados pontos como limpeza geral do veículo e seu funcionamento regular (ar-condicionado, faróis, entre outros itens neste sentido); comportamento do motorista colaborador (se respeita as regras de trânsito, se está embriagado, entre outros), entre outras questões pertinentes.

5.6.2. Para a adoção deste instrumento, além de um servidor designado, é necessário que o INSS dê ciência e solicite aos usuários dos serviços de locação de veículos (servidores, colaboradores) que preencham o formulário, que deverá ser disponibilizado a todos os usuários dos serviços.

5.7. Requisitos de Manutenção

5.7.1. Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos veículos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

5.8. Requisitos de Segurança

5.8.1. Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho e de Trânsito.

5.8.2. Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS, no que couber.

5.9. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

5.9.1. Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discricção e zelo com o patrimônio público.

5.9.2. A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo os critério de sustentabilidade da Instrução Normativa SEGES nº 1/2010, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU - 7a Edição e demais normas e orientações vigentes.

5.9.3. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) "A" a "E" nos quesitos de Resistência ao Rolamento e de Aderência ao Molhado, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021.

5.9.3.1. Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Estudo, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante, importador ou reformador esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

5.9.4. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- a) que esteja previamente registrado na ANP;
- b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d) classificado segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;
- e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

5.9.5. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

5.9.6. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

5.9.7. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

5.9.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

5.9.9. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

5.9.10. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria "A" a "C" para os carros de passeio e Pick-Up e até "E" para o furgão, ou comprovada eficiência energética equivalente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

5.10. Requisitos de projeto e de implementação

5.10.1. Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

5.11. Requisitos de experiência profissional

5.11.1. A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais devidamente habilitados, rigorosamente preparados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções, sendo a CONTRATADA responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso.

5.11.2. Requisitos mínimos dos motoristas de veículos de pequeno e médio porte:

- a) os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, carteira nacional de Habilitação (CNH) na categoria condizente com o veículo que irão conduzir;
- b) tempo mínimo de 1 (um) ano de experiência na respectiva categoria devidamente comprovada;
- c) os motoristas deverão possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo de 60 dias, estabelecido no instrumento convocatório;
- d) atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;
- e) ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar;
- f) desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

5.12. Requisitos de metodologia de trabalho

5.12.1. Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

5.13. Requisitos de segurança da informação

5.13.1. Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

5.14. Vedações

5.14.1. A participação de cooperativas não será permitida na presente licitação, em conformidade com o Termo de Conciliação judicial firmado entre o MPU, a AGU e o Ministério Público do Trabalho, que será incluído no Anexo III do Edital.

5.14.2. Além disso, a participação de consórcios também não será autorizada, com o objetivo de permitir que empresas concorram individualmente entre si. Essa decisão está respaldada pelo Acórdão 1240/2008 do TCU - Plenário, que considera que se trata de uma contratação de serviços voltados para as atividades cotidianas da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, que pode ser prestado por diversas empresas. Essa abordagem visa garantir uma competição mais justa e ampla entre os participantes.

5.15. Requisitos da Qualificação Técnica da Contratada:

5.15.1. A contratada deverá apresentar comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 02 (dois) anos serem ininterruptos.

5.15.2. A exigência de 02 (dois) anos de experiência tem como objetivo evitar a participação de empresas "aventureiras", que possuam pouco conhecimento do mercado e pouca solidez. Esse período de experiência não se refere apenas à atuação na área de locação de veículos, mas sim à capacidade administrativa do Contratado em gerenciar a mão de obra que será fornecida ao INSS, além de garantir a solidez da empresa.

5.16. Requisitos de Controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)

5.16.1. A adoção da Conta Vinculada para a presente contratação está em conformidade com a orientação da DGPA, conforme estabelecido no Despacho SEI 1314057. Nesse despacho, foi esclarecido que o INSS, após diversas reuniões com representantes de diferentes áreas da Administração Central, decidiu pela utilização da Conta-Depósito Vinculada como um instrumento de gestão de risco para contratações de serviços continuados que exigem dedicação exclusiva de mão de obra. Assim, a Conta Vinculada será implementada como uma ferramenta de gestão de risco na futura contratação, visando garantir maior segurança e eficiência na execução dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Durante a elaboração deste instrumento, foram analisadas três soluções disponíveis para a contratação desejada:

I) aquisição de veículos: atualmente, é menos comum encontrar frotas públicas próprias, devido ao alto número de encargos envolvidos na manutenção de veículos. Uma vez disponibilizada, a frota precisa ser gerenciada adequadamente para garantir sua disponibilidade contínua.

O aumento no número de veículos da frota não representa uma solução economicamente viável para a Administração, pois acarretaria novas obrigações financeiras, como: a compra de novos veículos, a falta de espaço físico para armazenamento, o seguro veicular, os custos de manutenção e reposição de peças, os gastos com combustíveis, os impostos anuais, a depreciação dos veículos e a incerteza quanto à substituição dos automóveis ao final de sua vida útil.

II) transporte realizado por aplicativos: essa solução vem se apresentando como uma tendência, por meio da implementação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, tais como, TAXIGOV, UBER e 99 entre outros.

Ocorre que este modelo não atende às necessidades do INSS, isto porque, esse tipo de contratação não está implementado em todas as regiões de abrangência do INSS. Além disso, é importante considerar que o uso dos veículos não se limita apenas ao transporte de passageiros, mas também inclui o transporte de insumos, materiais, bagagens, ferramentas, entre outros itens.

III) Locação de Veículos com e sem motorista: tal solução tem sido adotada nos últimos anos pelo INSS, atendendo perfeitamente às necessidades do setor requisitante e mostrando-se mais vantajosa em relação às outras opções anteriormente apresentadas. Isso ocorre porque ela atende tanto às unidades que não possuem servidores motoristas em seu quadro quanto às que ainda contam com motoristas oficiais.

6.2. Justificativa da solução escolhida

6.2.1. A presente demanda deverá ser atendida através da contratação de empresa especializada em prestação de serviço contínuo de locação de veículos com motorista e sem motorista (Sedan, Pick-Up) e por demanda (furgão), seguindo premissas semelhantes às da contratação atual.

6.2.2. Feita essa escolha, é fundamental garantir que ela atenda às necessidades do INSS de maneira eficiente e econômica. Isso implica em uma comparação cuidadosa das opções disponíveis no mercado, assegurando que a solução selecionada seja a mais vantajosa em termos de custo e adequação às necessidades.

6.2.3. Assim, optou-se por quantificar o preço de custo com base nos custos de disponibilização dos veículos, manutenção, combustíveis, pneus, salários e encargos sociais dos motoristas, seguros, licenciamento, entre outros, além das despesas administrativas e operacionais, lucro e tributos incidentes. Essa modalidade foi escolhida por ser a mais precisa para a aferição do valor a ser desembolsado pela Administração.

6.2.4. Convém salientar que a planilha de formação de preços será composta de três partes:

- Preço fixo: será composto pelos insumos diversos (custo da disponibilização do veículo, licenciamento anual, seguro, tributos, lucro, remuneração de motorista (quando contratado);
- Demais custos variáveis relacionados ao veículo: será composto pela demanda de manutenção, pneus, conforme quilometragem percorrida e valor por km ofertado na Proposta da Contratada. Este item também contempla o combustível que será pago conforme regras a serem estabelecidas no Termo de Referência por quilômetro rodado e pelo valor médio da cidade sede na ANP e o custo do pedágio (valor a ser ressarcido ao contratado conforme utilização);
- Demais custos variáveis relacionados ao motorista: Ajuda de custo (pernoites e alimentações), pelo valor ofertado na Proposta da Licitante, conforme demandado.

6.2.5. O valor a ser pago mensalmente à contratada será mensurado conforme a real utilização durante a competência, sempre respeitando os limites de quilometragens e de pernoites estabelecidos.

6.2.6. Ademais, à solução mencionada, soma-se a necessidade de atender às sugestões de melhoria para a futura contratação, apresentadas pela Gestão Contratual e pela COFL nos Despachos de Locação SEI 19446721 e 19518237. Abaixo, relacionamos as ações decorrentes de cada um desses despachos:

- a) Retirada a exclusividade do furgão alocado na sede da SRSUL e solicitados os serviços desse veículo por demanda, uma vez que a demanda por ele diminuiu nos últimos meses e seu custo de aquisição é elevado. Além disso, foram definidas duas diárias por GEX e cinco diárias para a SRSUL;
- b) Acrescido o serviço de um ajudante por demanda na diária do furgão, para auxiliar no carregamento e descarregamento dos materiais nas unidades abrangidas pelo percurso do transporte;
- c) Substituído o Sedan da GEX Chapecó por uma Pick-Up, considerando que essa GEX abrange uma extensa área territorial e um grande número de agências vinculadas. Além disso, a Pick-Up, equipada com caçamba, oferece a capacidade de transportar materiais e, ao mesmo tempo, atender à demanda de transporte de servidores;

d) Mantida a locação de um veículo adicional sem motorista para a sede da Superintendência Regional Sul, uma vez que a unidade conta com um motorista oficial em seu quadro. No entanto, foi solicitado que o veículo ofereça maior espaço interno e segurança para os passageiros, visto que é utilizado em viagens longas por toda a Região Sul.

6.2.7. Para atender à solicitação mencionada no item "d" acima, a equipe de planejamento realizou pesquisas de mercado com o objetivo de identificar veículos que atendam às características descritas e, ao mesmo tempo, se enquadrem no grupo IV - Veículos de serviços comuns (veículos compactos com características de série), conforme estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa SLTI/MP nº 3, de 15 de maio de 2008 (SEI 18945790).

6.2.8. Sendo assim, para o veículo sem motorista destinado à sede da Superintendência Regional Sul, será exigido um Sedan Compacto que possua uma motorização superior e acessórios de série adequados às demandas do serviço. As características exigidas são as seguintes:

- 4 portas para passageiros;
- capacidade para 5 pessoas no mínimo;
- modelo e ano corrente;
- motor mínimo 1.4, turbo ou 1.5, flex (gasolina/álcool), Potência Mínima de 120 cv, mínimo 4 cilindros;
- Mínimo 4 airbags (frontais, laterais, cortina);
- direção elétrica;
- câmbio automático no mínimo 6 marchas;
- câmera de ré, sensores de estacionamento;
- sistema de navegação, conectividade com smartphone;
- cinto de segurança de 03 pontos para 04 pessoas;
- encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros;
- ar-condicionado, kit multimídia;
- cor branca.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. O serviço de locação de veículos terá natureza contínua e será licitado em 1 (um) grupo, visando à obtenção de ganho de escala e economia processual. A gestão do Contrato será centralizada na Superintendência Regional Sul, por ser ela a unidade gestora. É vantajoso para a Administração ter um único contrato por Estado para o mesmo serviço, evitando-se assim custos administrativos e operacionais.

7.2. O serviço a ser contratado para suprir a necessidade desta Superintendência será a contratação de serviços de locação de veículos, com cessão de mão de obra e ainda, veículos sem motoristas. Convém salientar que a Contratada irá fornecer o combustível e demais insumos necessários (lubrificantes, pneus, etc), bem como será responsável pelas lavagens e manutenções preventivas e corretivas.

7.3. Os serviços serão executados da seguinte forma:

- a) Os itinerários serão definidos pelo INSS de acordo com a necessidade dos serviços.
- b) Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das recomendações aceitas pela melhor técnica e das normas e legislação, para atender às solicitações do INSS, nos seguintes termos:
- c) Para a prestação dos serviços, a contratada deverá solicitar sempre a Guia de Movimentação e Autorização de Viatura, devidamente preenchida pelo requisitante e devidamente assinada pelo servidor ou autoridade credenciada;

- c1) No verso da Guia de Movimentação e Autorização de Viatura deverá o condutor, sob sua responsabilidade, anotar a quilometragem inicial e final de deslocamento, com a assinatura do usuário;
- c2) Aguardar o retorno do usuário, em local de fácil acesso ou combinado, ou retornar para apanhá-lo, em local e horário pré-definidos se essa for a exigência do mesmo.

7.6. Os serviços contratados estarão disponíveis para o INSS de forma ininterrupta para os veículos sem motorista e no horário compreendido entre 07:00 e 19:00 horas, de maneira escalonada, para os veículos com motorista. Os profissionais terão jornada diária de 8 horas, de segunda a sexta-feira, ou de 8 horas e 48 minutos, conforme estabelecido na CCT.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Os quantitativos necessários para atender a esta demanda foram estimados com base no histórico de utilização de cada Gerência e na sede da SRSUL, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024 (SEI 18956239), conforme registrado no processo 35014.463861/2022-44 de Locação de Veículos em Santa Catarina.

8.2. Com base nesses documentos, obteve-se os seguintes quantitativos MENSAIS:

Veículos Sedan COM Motorista:

Gerência Executiva /SRSUL	Motorista	Veículo	Limite km /mês (por veículo)	Ajuda de custo (pernoite) (demanda /mês)	Hora Extra Motorista (demanda/mês)	Pedágio por veículo (demanda /mês)
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL FLORIANÓPOLIS	1	1	4000	5	20	22
GERÊNCIA EXECUTIVA FLORIANÓPOLIS	1	1	3000	5	20	22
GERÊNCIA EXECUTIVA CRICIÚMA	1	1	3000	5	20	22
GERÊNCIA EXECUTIVA JOINVILLE	1	1	3000	5	20	22
GERÊNCIA EXECUTIVA BLUMENAU	1	1	3.000	5	20	22

Veículo Sedan SEM Motorista:

Gerência Executiva/SRSUL	Motorista	Veículo	Limite km/mês (por veículo)	Pedágio por veículo (demanda /mês)
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL FLORIANÓPOLIS	0	1	4000	22

Veículos Pick-Up COM Motorista:

--	--	--	--	--	--	--

Gerência Executiva /SRSUL	Motorista	Veículo	Limite km /mês (por veículo)	Ajuda de custo (pernoite) (demanda /mês)	Hora Extra Motorista (demanda /mês)	Pedágio por veículo (demanda /mês)
GERÊNCIA EXECUTIVA CHAPECÓ	1	1	4000	5	20	22

8.3. A fim de otimizar os custos e a produtividade, optou-se pela contratação dos serviços dos veículos do tipo furgão, por demanda com motorista e ajudante. Para viabilizar tal forma de contrato, foram estipuladas as quantidades máximas de utilização por GEX, conforme abaixo:

Gerência Executiva	Diárias por mês (veículo + motorista + ajudante)	Limite km/mês	Ajuda de Custo Motorista + ajudante (demanda/mês)	Hora Extra Motorista + ajudante (demanda /mês)	Pedágio
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL FLORIANÓPOLIS	5	3.500	10	20	10
GERÊNCIA EXECUTIVA FLORIANÓPOLIS	2	1.400	4	8	4
GERÊNCIA EXECUTIVA CRICIÚMA	2	1.400	4	8	4
GERÊNCIA EXECUTIVA JOINVILLE	2	1.400	4	8	4
GERÊNCIA EXECUTIVA BLUMENAU	2	1.400	4	8	4

8.3.1. Quanto aos pedágios do furgão, poderão ser utilizados até 2 unidades por diária.

8.3.2. As diárias poderão ser remanejadas de uma GEX para a outra, dentro do mesmo grupo.

8.4. Os quantitativos limites, valores e demais definições constarão na Planilha Estimativa de Custos, a ser anexada ao Edital.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor: R\$ 3.170.022,19 (três milhões, cento e setenta mil, vinte e dois reais e dezenove centavos) para 24 meses.

9.1. A fim de se ter a estimativa de preços, foi realizada pesquisa de preços, nos meses de Janeiro e fevereiro de 2025, tendo como base a Instrução Normativa nº IN 65 de 07 de julho de 2021, priorizando a utilização dos seguinte parâmetros:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

9.2. Na forma do artigo 3º da IN 65 de 07 de julho de 2021, segue abaixo a materialização da pesquisa:

I - descrição do objeto a ser contratado: serviços de locação de veículos, de forma contínua e por demanda, sem e com cessão de motorista devidamente habilitado, com dedicação exclusiva, para transporte de passageiros e/ou materiais para atender as demandas das Gerências Executivas do INSS no estado de Santa Catarina e da sede da Superintendência Regional Sul do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento: servidores da equipe de planejamento designados no despacho SEI 18546753:

- Juliana da Silva, matrícula: 1948005
- Alessandra Mussi da Silva, matrícula: 1633478
- Mariana Ferruccio Favaro, matrícula: 1786907
- Paulo Tasso Carvalho Varallo Neto, matrícula 1634263

III - caracterização das fontes consultadas: Para os itens pesquisados foram utilizados o preços dos Sistemas oficiais do governo (inciso I e II do artigo 5º IN), através do novo sistema disponibilizado pela SEGES, no link Pesquisa de Preço, ou empregados de forma combinada os parâmetros do inciso I e do inciso III do artigo 5º da IN (sítios Eletrônicos de domínio amplo). Exceto para o item Plano de telefone dos motoristas e Veículo Sedan sem motorista, nos quais foi empregado exclusivamente o parâmetro do inciso III do artigo 5º da IN (sítios Eletrônicos de domínio amplo), visto que não foram encontrados preços válidos nos sistemas oficiais do governo.

IV - série de preços coletados:

Anexo Pesquisa de preços Nº 61/2024 - uniformes (18976560);

Anexo Pesquisa de Preços Nº 1/2025 - Lavagem de veículos (19018164)

Anexo Pesquisa de Preços Nº 2/2025 - Sedan c/ motorista (19025258);

Anexo Pesquisa de Preços Nº 3/2025 - Pick-Up (19032962);

Anexo Pesquisa de Preços Nº 4/2025 - Diária furgão (19476703);

Anexo Pesquisa de Preços Nº 5/2025 - Diária Carregador (19476805);

Anexo Pesquisa Sedan SEM motorista (19476913);

Anexo Pesquisa Combustível - 02 a 08/02/2025 (19477134);

Anexo Plano de Celular e VT (19477514);

Anexo Pesquisa de Preços Nº 22/2025 - Pneus (19477535).

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado: Mediana da composição de 3 ou mais preços para cada item.

Mão de obra dos motoristas: foram adotados os valores estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no MTE sob os nº CCT - SC000877/2024 (18935007), conforme detalhado abaixo:

- Salário Normativo:

SC: R\$ 2.303,00

- Auxílio Transporte: Cotado conforme a média ponderada do valor do transporte coletivo urbano nos municípios sede das Unidades contempladas, Anexo Pesquisa (19477514).

UNIDADE	MÉDIA PONDERADA
SANTA CATARINA	6,20
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL FLORIANÓPOLIS	6,90
GERÊNCIA EXECUTIVA FLORIANÓPOLIS	6,90
GERÊNCIA EXECUTIVA CHAPECÓ	4,85
GERÊNCIA EXECUTIVA CRICIÚMA	5,25
GERÊNCIA EXECUTIVA JOINVILLE	6,50
GERÊNCIA EXECUTIVA BLUMENAU	6,80

- Ajuda de custo quando pernoitar:

SC: 184,00;

- Auxílio Alimentação:

SC: R\$ 33,00;

- Hora Extra:

SC: acréscimo de 70% (segundo CCT).

Veículos: a disponibilização dos veículos e seus correspondentes insumos fixos e variáveis foram estimados com base em pesquisa de preços no mercado do ramo das atividades correspondentes, conforme descrito a seguir:

- Disponibilização do Veículo: foi adotado o valor de 1/12 avos da depreciação anual (20% para sedan e Pick-UP, 25% para furgão, Anexo III da IN RFB nº 1.700, de 14/03/2017), obtido através da mediana dos preços dos veículos pesquisados nos documentos Anexo Pesquisa de Preços Nº 2/2025 - Sedan c/ motorista (19025258), Anexo Pesquisa de Preços Nº 3/2025 - Pick-Up (19032962), Anexo Pesquisa de Preços Nº 4/2025 - Diária furgão (19476703) e Anexo Pesquisa Sedan SEM motorista (19476913);

Especificamente para a pesquisa de preços do Veículo Sedan sem motorista foi utilizado apenas dois preços de referência, visto que o terceiro modelo de veículo foi desconsiderado da pesquisa, visto que o preço era excessivamente baixo e não contemplava todas as características objeto da contratação.

- Licenciamento e IPVA: foi considerado o valor de 1/12 avos do custo anual desses tributos para cada tipo de veículo;
- Seguro: foi adotado o valor de 1/12 avos do custo anual com essa despesa, considerando para tanto o valor médio de 4,00% do preço do veículo. Para verificar se os valores estimados estão condizentes com o praticado no mercado de seguros de autos, foram acostadas aos autos algumas pesquisas de preços em sites especializados SEI 19025258, 19032962, 19476913.
- Combustíveis: foram considerados os preços do litro de gasolina e diesel na bomba, por localidade, conforme pesquisa de preços realizada no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Nacional e Biocombustíveis, documento Anexo Pesquisa Combustível - 02 a 08/02/2025 (19477134).
- Pneus: foram estimados para troca a cada 40.000 km no sedan/Pick-UP e para cada 50.000 km no furgão. O valor entra na conta dos custos variáveis, por quilômetro rodado, sendo pagos conforme demanda. O preço médio foi obtido conforme pesquisa constante no documento Anexo Pesquisa de Preços Nº 22/2025 - Pneus (19477535).
- Manutenção/Revisão: foi adotado o valor de 2% do valor do veículo (sedan/Pick-Up) por revisão (a cada 10.000 km) e 1% do valor do veículo (furgão) por revisão (a cada 10.000 e 15.000 km, conforme indicação no manual do veículo). Este valor também entra na conta dos custos variáveis, por quilômetro rodado, sendo pagos conforme demanda.
- Lavagem: foi considerada a quantidade de 2 lavagens mensais, sendo o valor unitário de R\$ 75,00 para sedan e R\$ 164,00 para Pick-Up, tendo o preço mediano sido obtido através de pesquisa constante no documento Anexo Pesquisa de Preços Nº 1/2025 - Lavagem de veículos (19018164).

Pedágio: foi definida a quantidade de 22 pedágios por mês para cada veículo (sedan) e para o furgão 2 pedágios por diária, tendo o preço mediano sido obtido através de pesquisa constante no documento Anexo Pesquisa Pedágio (19477514).

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável: Foi utilizada para fins de valor máximo aceitável a mediana resultante da pesquisa realizada, conforme artigo 6º da IN. A mediana representa de forma fidedigna a série de preços encontrada. Foram desconsiderados na composição dos preços todos os valores excessivamente elevados ou irrisórios, de forma que a média e a mediana se aproximassem, e o preço final ficasse mais próximo da realidade. Em todas as pesquisas os valores desconsiderados foram mantidos no relatório para demonstração do procedimento adotado.

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte: Consta na Planilha Resumo dos Preços Coletados de forma detalhada SEI 19488821;

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º: Não se aplica, não foi feita pesquisa direta com fornecedores.

9.3. Diante dos resultados alcançados durante a pesquisa de preços e compilada na Planilha Resumo de insumos (19488821) foi elaborado o Relatório de Pesquisa de Preços (19488877), que inclui uma análise crítica dos resultados conforme a IN SLTI/MPOG nº 65/2021, e ainda, em conformidade com as recomendações dispostas na Portaria DIROFL/INSS Nº 156, de 13 de novembro de 2023, que define orientações sobre a elaboração da planilha de custos, serão apurados os valores máximos a serem aceitos pela Administração e estarão disponíveis na Planilha Estimativa de Custo anexo do Edital de Licitação.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A futura contratação não poderá ser parcelada por unidade de serviço, tendo em vista que tal situação acarretaria possivelmente itens desertos/fracassados da licitação.

10.2. A decisão de agrupar os itens em um único grupo para a licitação foi fundamentada na viabilidade técnica e econômica, seguindo as orientações da jurisprudência do TCU, especialmente a Súmula 247. Essa

abordagem evita a fragmentação em vários contratos pequenos, que não seriam atrativos para os licitantes, já que, na maioria das Gerências, apenas um veículo e um motorista são necessários. Assim, o agrupamento busca otimizar o processo licitatório e garantir melhores condições para a contratação.

10.3. Ademais, a eventual divisão do procedimento licitatório para cada tipo de posto, ou ainda, a divisão entre o fornecimento dos serviços (mão de obra) e dos materiais causaria inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda de economia de escala.

10.3.1. Tais procedimentos afetariam o ganho de escala, trariam conflitos de responsabilidade e tornariam a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face de seu reduzido quadro de servidores.

10.4. Afora os aspectos técnicos, fica sopesada a dificuldade na execução da contratação de forma parcelada. Não raro encontramos exemplos de contratações de soluções únicas, contratadas separadamente, que acabam redundadas no fracasso, posto que possíveis falhas em qualquer dos itens ensejam dificuldades intransponíveis para correções ou apuração de responsabilidade. Estes fundamentos convergem para reforçar a conclusão de que a divisão do objeto em parcelas não se comprova técnica e economicamente viável.

10.5. Esclarecemos, ainda, que os materiais incluídos nesta contratação estão intrinsecamente ligados com a execução dos serviços de transporte. Na hipótese da retirada dos materiais, não haveria como avaliar o desempenho da empresa contratada, porquanto o resultado das suas atividades dependeria em grande parte da Administração, a quem caberia fornecer regularmente os insumos indispensáveis à prestação dos serviços.

10.6. Assim, pelos motivos expostos, entendemos que a prestação dos serviços de locação de veículos em grupo único, com a inclusão de todos os materiais de consumo e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, é a que melhor atende aos interesses da Administração e também a que se apresenta mais vantajosa dos pontos de vista econômico e administrativo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação e não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretensa contratação está alinhada com o Plano de Ação do INSS para o exercício de 2025, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 46, DE 2 DE JANEIRO DE 2025, cujo objetivo estratégico é OTIMIZAR A INFRAESTRUTURA E A APLICAÇÃO DE RECURSOS, com a manutenção do pacote de serviços essenciais para o bom funcionamento do INSS.

12.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2025.

11.3. A presente contratação será contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2025.

13. Resultados Pretendidos

13.1. O resultado pretendido com a contratação de locação de veículos pela administração pública é garantir a disponibilidade de transporte adequado para o cumprimento das atividades institucionais, assegurando a mobilidade de servidores e a logística de materiais, de forma eficiente e econômica. A locação permite otimizar recursos financeiros, evitando os custos com a manutenção de frota própria, e possibilita a

flexibilidade de atender às demandas específicas e pontuais do serviço público. Além disso, busca-se garantir a continuidade dos serviços essenciais, sem a necessidade de um investimento fixo em veículos, ao mesmo tempo em que se mantém a segurança e a qualidade no transporte.

13.2. Além dos resultados mencionados, a contratação de locação de veículos pela administração pública pode proporcionar os seguintes benefícios:

13.2.1. Redução de Custos Operacionais: Ao optar pela locação, a administração pública evita os custos fixos com aquisição, manutenção, seguro, licenciamento e depreciação de veículos próprios, tornando o modelo mais econômico a longo prazo.

13.2.3. Garantia de Segurança e Conformidade: Ao contratar empresas especializadas, a administração pública pode garantir que os veículos estejam sempre bem mantidos e em conformidade com as normas de segurança e regulamentações vigentes.

13.2.4. Aprimoramento na Gestão Logística: Com a locação, a gestão dos veículos e serviços de transporte pode ser mais bem planejada e controlada, com base nas necessidades e sem a preocupação com a administração de uma frota interna.

13.2.5. Mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados da contratação, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados, reduzindo os desperdícios e consequentemente reduzindo a poluição do ar atmosférico.

13.3. Esses resultados contribuem para a melhoria na execução dos serviços públicos, proporcionando mais agilidade, eficiência e controle sobre os recursos financeiros.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Para a pretensa contratação, não será necessária adequação do ambiente onde os serviços serão prestados, uma vez que o serviço contratado não será executado no interior do órgão. Além disso, os veículos a serem disponibilizados não precisarão ser armazenados no órgão, pois serão fornecidos apenas no período diário estabelecido no contrato.

14.2. Para acompanhamento da execução do objeto contratual, o INSS nomeará servidores para atuarem nas funções de Gestor, Fiscal Técnico, Administrativo e fiscais setoriais, conforme atribuições relacionadas na IN /SEGES/MP nº 05/2017.

14.3. Para dar início à prestação dos serviços, poderá ser realizada uma reunião inicial, com o objetivo de reforçar as obrigações e responsabilidades, registrando todo o conteúdo da pauta em uma ata que deverá ser assinada por todos os presentes. Essa medida visa formalizar a ciência de todos os aspectos relacionados à execução contratual.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de locação de veículos.

15.2. Os critérios de sustentabilidade socioambientais, como os estabelecidos na Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 7ª Edição, de outubro de 2024, ajudam a orientar essas escolhas que incluem itens específicos para os serviços, incluindo aspectos como lubrificantes, pneus e veículos.

15.3. As ações mitigadoras para os possíveis impactos ambientais estão detalhadas no item "Descrição dos Requisitos da Contratação" no subitem "Critérios de Sustentabilidade" do presente estudo. Essas medidas visam minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente durante a execução do contrato.

15.4. A Portaria PRES/INSS no 1.704, de 12 de junho de 2024, aprovou, no âmbito do INSS, o Plano de Logística Sustentável -PLS, na forma dos Anexos I a III da Portaria. Nesse sentido, na presente contratação devem ser observadas as seguintes diretrizes constantes do PLS:

- a) gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- b) considerar critérios compatíveis com padrões de consumos social e ambientalmente sustentáveis;
- c) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com diminuição do consumo de água e energia elétrica, otimização do uso de materiais e recursos naturais e implantação de gestão de resíduos sólidos;
- d) identificação e utilização de objetos de menor impacto ambiental;
- e) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;
- f) promoção de ações afirmativas de equidade e de inclusão pela empresa contratada.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Este estudo preliminar evidenciou que a contratação de serviços de locação de veículos para as unidades do INSS em Santa Catarina é viável tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. Isso reforça a necessidade de realizar um novo processo licitatório para garantir a continuidade desses serviços, que são essenciais para atender às demandas de transporte do INSS.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 169/2024 Equipe de planejamento da contratação (18546753)

ALESSANDRA MUSSI DA SILVA

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 21/03/2025 às 13:36:07.

Despacho: Portaria 169/2024 Equipe de planejamento da contratação (18546753)

JULIANA DA SILVA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 21/03/2025 às 13:36:16.

Despacho: Portaria 169/2024 Equipe de planejamento da contratação (18546753)

MARIANA FERRUCIO FAVARO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 21/03/2025 às 15:33:36.

Despacho: Portaria 169/2024 Equipe de planejamento da contratação (18546753)

PAULO TASSO CARVALHO VARALLO NETO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 21/03/2025 às 15:11:06.